

13 de maio

# Dia da Abolição da Escravatura

Relembre os marcos de uma história que não terminou em 1888

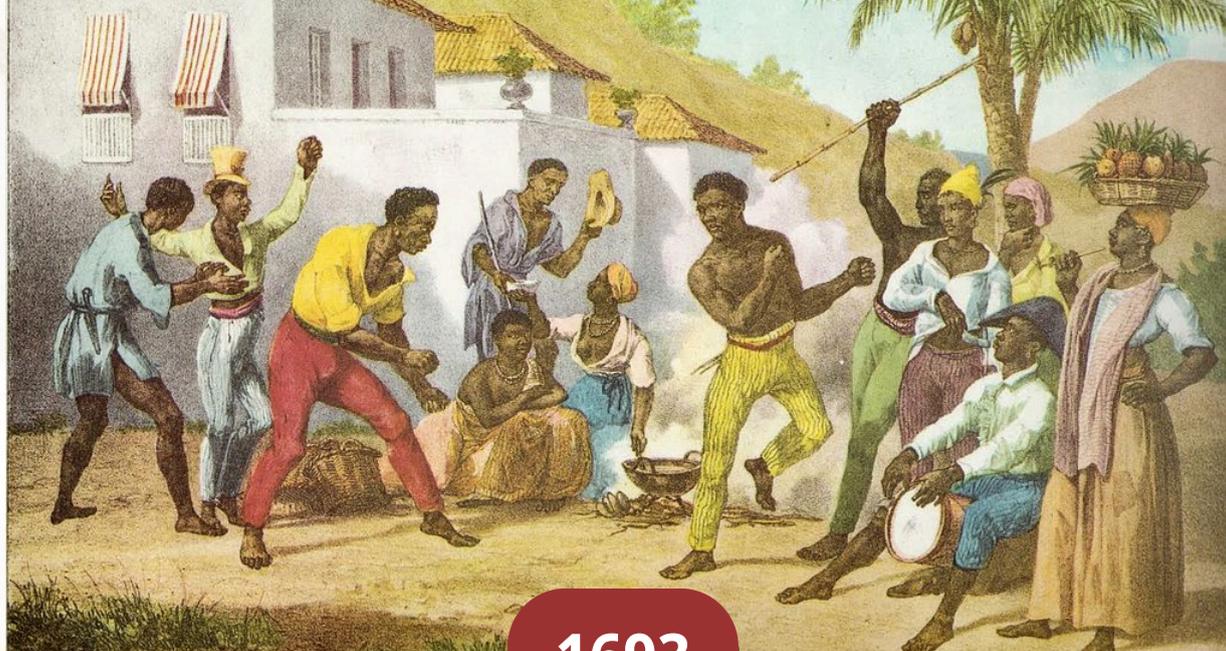
Imagem: Foto do documento original da Lei Áurea assinada pela Princesa Isabel.



1559

Em 1559, a Coroa portuguesa autorizou a entrada de escravos negros no Brasil, marcando o **início do tráfico negreiro para o país, o estabelecimento da escravidão africana na colônia e uma história de injustiça e opressão.**

Imagem: Gravura de Johann Moritz Rugendas, século 19, retratando escravizados no interior de um navio negreiro.



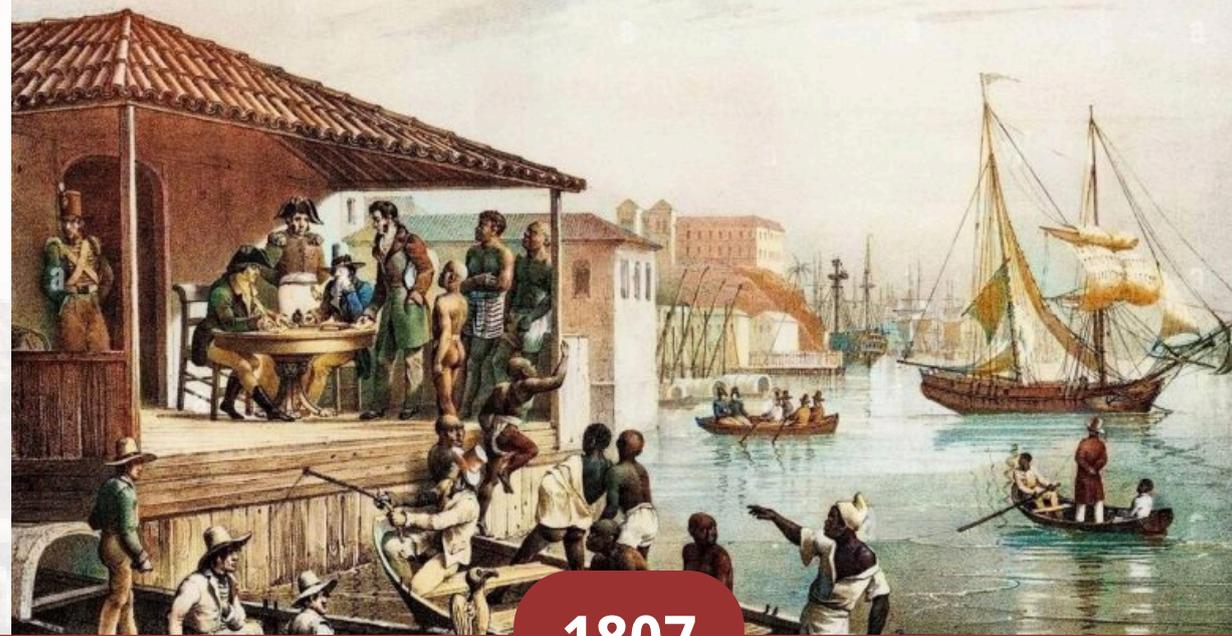
1693

## Quilombo de Palmares

Em 1693, o quilombo de Palmares, o maior e mais organizado refúgio de escravos fugitivos no Brasil, foi destruído por uma expedição liderada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho.

O líder do quilombo, Zumbi, foi morto em 20 de novembro de 1695, dois anos após a destruição de Palmares.

Imagem: Gravura de Johann Moritz Rugendas, século 19, retratando negros em uma roda de capoeira.



1807

## Tráfico negreiro é proibido

Em 1807, a Inglaterra declarou ilegal o tráfico negreiro, ou seja, o comércio de escravos.

A **Lei do Comércio de Escravos de 1807**, também conhecida como *Slave Trade Act*, proibiu a participação dos súditos britânicos nesse comércio.

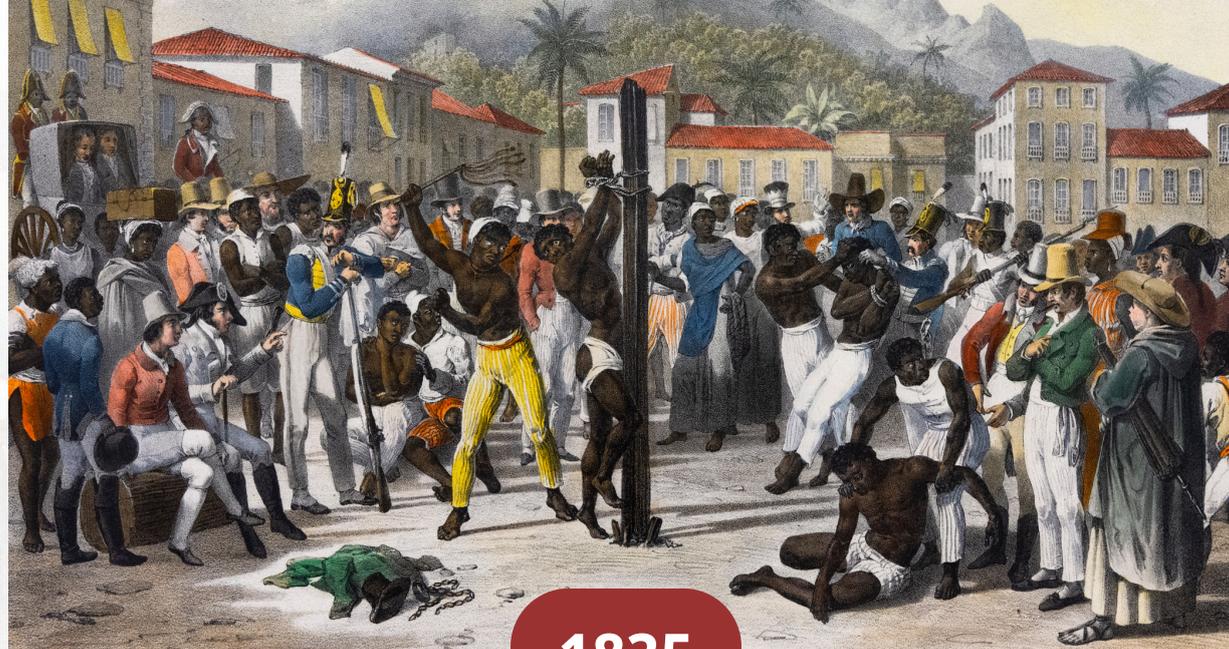
Imagem: Gravura de Johann Moritz Rugendas, século 19, retratando negros vindos da África desembarcando.



1826

**D. Pedro I assina o Tratado Anglo-Brasileiro e se compromete com a Inglaterra a abolir o tráfico negreiro no Brasil até 1830.** No mesmo documento, a Inglaterra reconhece o Brasil como nação independente.

Imagem: Retrato em pintura de D. Pedro 1º, ao fundo em tons suave gravura do século 19, retratando escravizados embarcando em um navio negreiro.

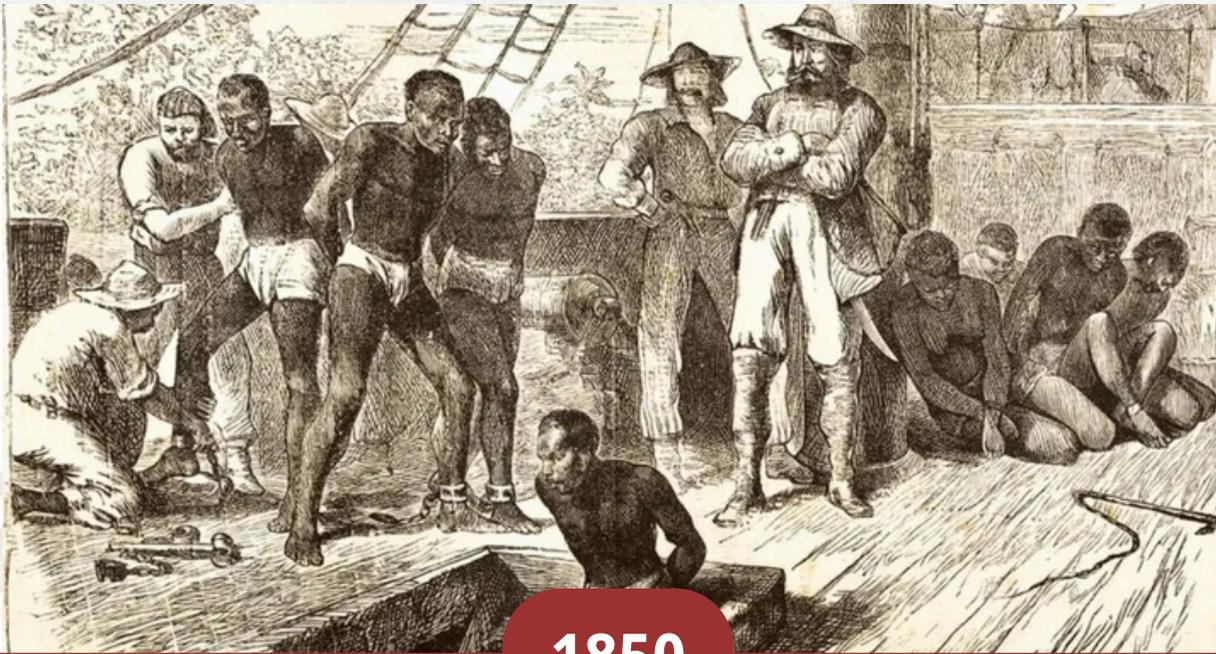


1835

## Revolta dos Malês

Também conhecida como Levante dos Malês, foi uma **importante rebelião de escravizados muçulmanos que ocorreu em Salvador**, Bahia, no dia 25 de janeiro de 1835. A revolta visava derrubar a escravidão e a imposição do cristianismo.

Imagem: Gravura de Johann Moritz Rugendas, século 19, retratando punições públicas na praça Santa Ana.



1850

## Lei Eusébio de Queirós

Em 4 de setembro de 1850, foi aprovada a Lei Eusébio de Queirós, **que proibiu o tráfico de escravos africanos para o Brasil**. A lei foi uma resposta às pressões inglesas para que o Brasil abolisse o tráfico, que havia sido autorizado por uma lei anterior, em 1831.

Imagem: Gravura do século 19, retratando escravizados embarcando em um navio negreiro. Ao fundo, gravura de um navio negreiro.



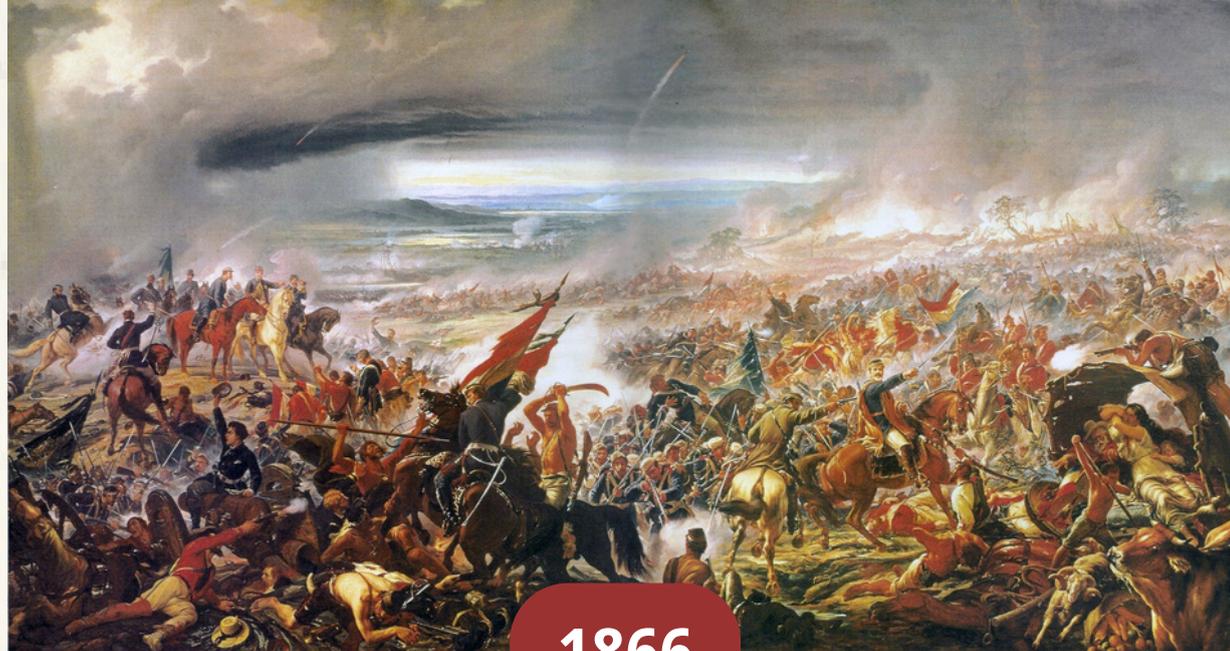
1862

## Instituto dos Advogados muda visão sobre a escravidão

Em 1862, o então presidente da IAB, Perdigão Malheiro, discursa sobre a escravidão, considerando **o trabalho escravo ilegítimo pelo direito natural.**

A mudança de postura refletiu a crescente influência das ideias abolicionistas entre seus membros.

Imagem: Logotipo do Instituto dos Advogados Brasileiros.

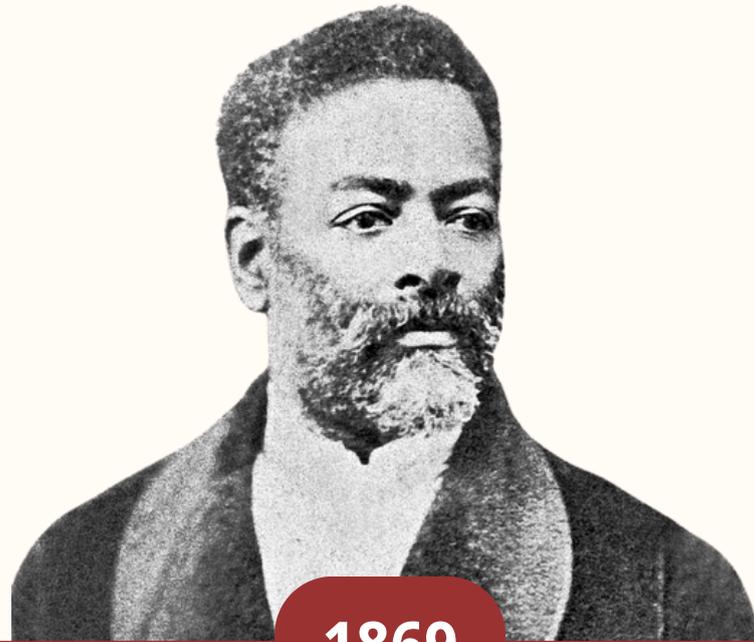


1866

## Cartas de alforria assinada pelo imperador do Brasil

Durante a Guerra do Paraguai, **Dom Pedro II assinou um decreto que permitia a alforria de escravos recrutados para as tropas brasileiras.** Tenente Marcolino José Dias, foi um dos escravos libertos que participou de inúmeros combates.

Imagem: Composição de imagens. Ao fundo, imagem de carta de alforria. Pintura da Batalha do Avaí, por Pedro Américo. Foto do Tenente Marcolino José Dias.



1869

## Luiz Gama

Em 1869, **Luiz Gama acionou a Justiça para libertar 217 escravizados na cidade de Santos. O processo foi bem sucedido e pode ser a maior ação coletiva de libertação da história das Américas.** Luiz Gama atuava como rábula (advogado prático e autodidata). Em 2015, a OAB concedeu a ele o título de advogado. Em 2018 recebeu o título de Patrono da Abolição da Escravidão e seu nome foi inscrito no Livro dos Heróis da Pátria.

Imagem: Foto de Luiz Gama.

Em 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que **determinava que os filhos de mulheres escravizadas, nascidos a partir daquela data, seriam considerados livres**, mas a libertação não era imediata.

1871

## Lei do Ventre Livre

Os filhos ficavam sob o cuidado dos senhores de suas mães até os 8 anos e, ao completar essa idade, o senhor tinha a opção de receber uma indenização do governo ou de manter o filho em trabalho até 21 anos.

Imagem: Foto de escravizada carregando uma criança nas costas. Ao fundo, gravura de Jean-Baptiste Debret, século 19, retratando o jantar de senhores e escravizados com crianças negras ao chão.





1885

## Lei Saraiva-Cotegipe

A Lei Saraiva-Cotegipe (Lei dos Sexagenários) de 1885, que **libertava os escravos com mais de 60 anos de idade**, previa a indenização aos senhores pela perda da mão de obra, mas essa indenização era na forma de serviço prestado pelos libertos durante três anos. Os escravos que atingissem 65 anos eram isentos dessa prestação de serviço.

Imagem: Gravura de Charles Landseer, século 19, retratando dois escravizados.

Em 13 de maio de 1888, a **princesa Isabel sancionou a Lei Áurea**, extinguindo a escravidão no Brasil de forma imediata e incondicional.

1888

## Lei Áurea

Esta lei, que tinha como objetivo pôr fim à exploração do trabalho escravo, foi um marco na história do país. A data é celebrada anualmente como **Dia da Abolição da Escravatura**.

Imagem: Retrato da Princesa Isabel.





2009

## Memória

O **Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo** é celebrado no Brasil a 28 de janeiro, data que marca a memória da "Chacina de Unaí" em 2004, onde quatro auditores fiscais do trabalho foram assassinados. A data foi instituída pela Lei nº 12.064/2009. O trabalho análogo à escravidão é caracterizado por condições degradantes e de exploração do trabalho humano.

Imagem: Foto de mãos calejadas.

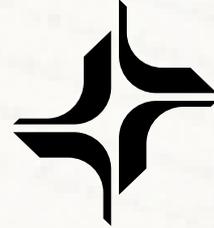


2023

## Lembrar para não repetir

20 de novembro é o **Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra**, data que marca a morte de Zumbi dos Palmares, um dia para reflexão e para ações que promovam a igualdade racial e a justiça social, impedindo que erros do passado se repitam. Em 2023, a data passou a ser feriado nacional no Brasil.

Imagem: Detalhe pintura de Antonio Parreiras, século 19, retratando Zumbi.



**JUSTIÇA FEDERAL**  
Tribunal Regional Federal da 3ª Região

**Seção de Gestão de Conteúdo - ACOM/TRF3**